



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Patrimônios (in)visíveis, colonialidade(s) em escuta**

v 10 | n 18 | jan-jun 2021

---

## No entrecruzar da História, Patrimônio e Educação Étnico-Racial – Uma experiência decolonial possível na Educação Básica

**Janaina Amorim da Silva e Mylene da Silva Pontes**

---



### **Edição eletrônica**

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

### **Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

### **Referência Bibliográfica**

SILVA, Janaina Amorim da; PONTES, Mylene da Silva. No entrecruzar da História, Patrimônio e Educação Étnico-Racial – Uma experiência decolonial possível na Educação Básica. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 193-213, jan-jun 2021. Semestral.

---

# No entrecruzar da História, Patrimônio e Educação Étnico-Racial – Uma experiência decolonial possível na Educação Básica

Janaina Amorim da Silva<sup>1</sup>  
Mylene da Silva Pontes<sup>2</sup>

## Resumo

O artigo traz uma reflexão sobre as experiências de duas professoras de História do ensino fundamental que atuam na rede municipal de ensino de São José, na Grande Florianópolis. O objetivo deste projeto pedagógico é entrecruzar a História, o Patrimônio e a Educação Étnico-Racial, visibilizar a presença da população afro-brasileira na História do município e problematizar as questões relativas ao patrimônio cultural material e imaterial. Percebe-se, assim, as relações de poder e colonialidade nas políticas públicas de preservação, memória e patrimonialização.

Palavras-Chave: História; Patrimônio; Étnico-Racial.

## Abstract

This work proposal brings a reflection on the experiences of two History teachers in elementary school who work in the municipal school system of São José, in Greater Florianópolis. The objective of this pedagogical project is to intertwine History, Heritage and Ethnic-Racial Education, make the presence of the Afro-Brazilian population visible in the history of the municipality and discuss issues related to material and immaterial cultural heritage. Thus, it is possible to perceive the relationship between power and coloniality in public policies of preservation, memory and patrimonialization.

<sup>1</sup> Professora de História da Rede Municipal de São José, mestra em História pela UDESC e doutoranda em Educação pela UFSC. janainayemanja\_@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora de História da Rede Municipal de São José, mestra em História pela UFSC. mylepon@gmail.com.

Keywords: Heritage; History and Afro-Brazilians.

## Introdução

Neste artigo, pretendemos apresentar reflexões sobre uma experiência de sensibilidade, respeito e afeto, realizada há quatro mãos nas aulas de História em uma escola municipal de São José, na Grande Florianópolis, Santa Catarina, a partir das pesquisas realizadas no mestrado, em diferentes épocas e universidades, por duas professoras que se encontraram na mesma escola, em circunstâncias distintas, lecionando para as mesmas turmas. O que nos uniu, além da empatia, foi a convergência de interesses numa proposta de ensino que buscava valorizar a História africana e afro-brasileira do município de São José, bem como a Educação Patrimonial articulada ao ensino de História.

O campo do ensino de História nos propõe e instiga para novas estratégias teóricas e metodológicas, principalmente ao problematizar questões que abordam a identidade étnico-racial da maior parte da população brasileira. Todavia é necessário fortalecer a discussão das relações raciais no Brasil, elaborando estratégias educacionais de visibilização da presença e atuação da população de ascendência afro-brasileira na sociedade para o enfrentamento do racismo. Além disso, reconhecer o protagonismo dos indivíduos negros como *sujeitos*<sup>3</sup> e não simplesmente como objetos de pesquisa.

Ter experiências educacionais requer mais dos *sujeitos* do que só trazer informações, pedir opiniões e elaborar trabalhos. O campo do ensino de História da população africana e afro-brasileira potencializa a experiência, ou seja, torna-se sensível ao que acontece, ao que afeta. É justamente a produção do afeto, do respeito e da inclusão que se pretende. Como Larrosa Bondía (2002, p. 24-26) alerta: “Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação”.

A inclusão da História da população africana e afro-brasileira nos currículos escolares aconteceu por meio da Lei 10.639/03, que promoveu a alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN, decorrente das lutas políticas promovidas pela população afro-

---

<sup>3</sup> Optamos pelo termo *sujeito* em itálico para ressaltar o fato de a palavra não permitir variações de gênero na língua portuguesa (KILOMBA, 2019, p. 15).

brasileira. Esta pode ser considerada a primeira lei educacional decolonial do Brasil, depois de séculos de um epistemicídio<sup>4</sup>, um apagamento de memórias. Foi preciso aguardar até o século XXI para que as instituições educacionais brasileiras modificassem seu currículo, reconhecendo a História da população brasileira de origem africana como elemento de composição da nossa História.

Apesar da legislação citada, bem como as que vieram posteriormente, a exemplo da Lei 11.645/08 e as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, entre outras, o desafio da implementação de forma estrutural continua sendo um objetivo ainda a ser perseguido em todos os níveis e modalidades de ensino.

Observa-se que as narrativas históricas tradicionais, bem como frequentemente a mídia e o senso comum, colocam a população afro-brasileira em lugares específicos, principalmente em Santa Catarina, onde a “ideia de brancura, de desenvolvimento e progresso das raças foi reforçada” (LEITE, p. 39, 1996). Comprometidas com um discurso arraigado na matriz colonial do poder e do saber, as narrativas hegemônicas, além de objetificarem, racializando e inferiorizando o *sujeito* africano ou afro-brasileiro para justificar a violência do genocídio, apoderaram-se de seus conhecimentos ao mesmo tempo em que negaram sua capacidade cognitiva, realizando um verdadeiro epistemicídio.

Em São José, como em muitas cidades brasileiras, existe a busca por um modelo de política cultural que tende a legitimar apenas uma pequena parcela da população como produtora de memória, história e cultura (PASSOS; NASCIMENTO; NOGUEIRA, p. 195-214, 2016). Na década de 1940, iniciou-se um movimento de política e valorização de uma identidade açorianista, cujas origens e memórias foram antes apagadas ou mesmo negadas desde a colonização (LEAL, p. 37, 2007).

O Primeiro Congresso de História Catarinense realizado em Florianópolis em 1948 – comemorativo do Segundo Centenário da Colonização Açoriana – representou um marco fundamental na redescoberta das raízes açorianas de Santa Catarina. A partir deste evento, houve uma mudança de perspectiva no que tange à colonização açoriana, que diferentemente da colonização alemã e italiana, era lembrada pelo fracasso na agricultura.

---

<sup>4</sup> A conversão forçada e a supressão dos conhecimentos não ocidentais levadas a cabo pelo colonialismo europeu e que continuam até hoje sob formas nem sempre mais sutis (SANTOS, 2009, p. 468).

De acordo com a historiadora Maria Bernadete Ramos Flores (1997), na comemoração do bicentenário da colonização açoriana, consolidava-se a narrativa de unidade cultural ligada a seu povoamento. Situando-se em um contexto político alinhado ao sistema burguês de organização social e tendo como referência o progresso material da colonização alemã, optou-se, portanto, por uma abordagem com o caráter de brasilidade de Santa Catarina relacionada ao domínio português no Sul do Brasil. Além do Congresso, houve também a criação do Núcleo de Estudos Açorianos – NEA, em 1984, que, conforme Leal (2007), vai difundir ainda mais a valorização da identidade e memória açorianas para fora do ambiente das universidades, conectando vários municípios em prol da causa.

Se por uma parte a única face da história a ser valorizada no município de São José foi a da presença colonizadora portuguesa açoriana, por outra parte também houve o processo histórico que ocultou as experiências da população africana e afro-brasileira em São José e as resumiu à situação de cativo, como se não participassem do cotidiano do litoral catarinense. Assim, se perpetua a imagem da pessoa escravizada a partir de sua despersonalização (PONTES, 2018).

Conforme Gomes (2012), existe uma convivência conflituosa de valores, ideologias, símbolos, interpretações, vivências e preconceitos na escola, nos livros didáticos, no currículo e na sala de aula. Nesse contexto, as discriminações raciais expressam-se também pelo silêncio, seja no currículo, na desvalorização dos saberes, na segregação das práticas religiosas ou nas mais diversas formas do (não) dizer, que instituem o vazio, a ausência e os silêncios.

## **Entrecruzando a história de São José e o patrimônio**

A História de São José da Terra Firme, na Grande Florianópolis, contava com a presença exclusiva dos povos indígenas até o século XVIII. A partir de 1750, contou também com os portugueses das Ilhas dos Açores. Ainda no século XVIII, recebeu os primeiros africanos na condição de escravizados e, a partir de 1828, chegaram os primeiros imigrantes alemães; posteriormente, vieram representantes de outras etnias, de forma menos expressiva.

O entrelaçamento da educação étnico-racial no ensino de História com a via do patrimônio cultural converge com as Diretrizes Curriculares da Educação Étnico-racial, que estabelece a preservação e difusão do patrimônio cultural afro-brasileiro como ação educativa

de combate ao racismo e discriminação (BRASIL, p. 20, 2004).<sup>5</sup> Para isso, precisa-se avançar nas reflexões sobre o ensino de História, a partir da problematização do patrimônio cultural e do trabalho com monumentos. Por este motivo, o estudo de diferentes *sujeitos* e suas experiências sociais propõe uma reflexão sobre discursos, espaços e histórias, a fim de quebrar estereótipos e permitir a construção de novos conteúdos a partir do que já está posto pela historiografia e pelo que ainda não está.

Nessa perspectiva, é importante refletir e historicizar as ações de reconhecimento do patrimônio cultural com o objetivo de ampliar a relação da população com o patrimônio imaterial e material, de modo a compreender os processos e as políticas que envolvem o reconhecimento das criações científicas, artísticas e tecnológicas, tais como obras, objetos, edificações, documentos e espaços destinados às manifestações artístico-culturais nos mais diversos grupos sociais, culturais e étnicos. Somente assim compreender-se-ão as relações de poder que envolvem os processos de patrimonialização, territorialidade e memória afro-brasileira articulada à educação patrimonial (PONTES, 2018).

Em São José, é possível identificar um movimento muito recente de tombamentos. Os bens culturais consagrados como patrimônio cultural são, na maioria, patrimônios de pedra e cal, ou seja, de modo geral, são prédios e edificações que se relacionam à História formalmente constituída, política e economicamente, do município ou da Igreja Católica, como também à história de famílias consideradas importantes, de origem açoriana e alemã que se instalaram na região. O primeiro conjunto arquitetônico tombado pelo município de São José formado por 22 bens culturais localizados no Centro Histórico da cidade ocorreu em 22 de setembro de 2005.

O reconhecimento do patrimônio imaterial foi intensificado no município pela Lei Ordinária n. 4.429/2006, a qual reconheceu como patrimônio histórico e artístico do município de São José os bens móveis e imóveis existentes em seu território, cuja conservação deve ser de interesse público. A nova lei, por sua vez, reconhece os bens culturais de natureza material ou imaterial.

No entanto, somente a Lei Ordinária n. 5.314/2013, de 30 de julho de 2013, instituiu o Registro de Bens do Patrimônio de Natureza Imaterial, que são: a Festa do Divino Espírito

---

<sup>5</sup> O Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019) salienta que se diferencia da Base Nacional Comum Curricular por incluir as diversidades como princípio normativo. Ainda que reconheça que não atende a todas as reivindicações da sociedade civil negra organizada, é possível perceber um avanço no reconhecimento da História Africana e Afro-brasileira em Santa Catarina (p. 90).

Santo de São José, registro 1/2014, do livro dos Ritos e Celebrações; o Ofício e o Saber do Oleiro, 2/2015, do Livro dos Saberes; a Sociedade Musical União Josefense, registro 3/2015, do livro da Forma de Expressão; e a Procissão do Nosso Senhor dos Passos, registro 4/2016, do livro dos Ritos e Celebrações. O único processo acessível foi o Ofício e o Saber do Oleiro, justificado pela necessidade de salvaguardar as técnicas de origem açoriana e a necessidade premente de se manter viva a tradição oleira no município de São José.

Como podemos perceber, não houve reconhecimento de nenhuma expressão de patrimônio imaterial que representasse outra cultura que não fosse de origem europeia portuguesa. Apesar de São José possuir mais de trezentos terreiros de Almas e Angola, Umbanda e Candomblé; antigas casas de samba, blocos carnavalescos, clubes negros e ter tido uma expressiva Irmandade da Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, além de ter sido referência com a Dança do Cacumbi, de origem africana, capoeira, entre outros patrimônios culturais de forte influência afro-brasileira, hoje estes bens culturais têm pouca visibilidade e reconhecimento, culminando com a tendência de extinção de algumas dessas práticas.

Na busca de aproximar o patrimônio histórico do município com seus moradores, o poder público, através da Fundação Municipal de Cultura, desenvolveu um projeto intitulado “Conhecer São José”, que consiste na realização de visitas monitoradas ao Centro Histórico da cidade, destinadas principalmente às escolas do município. O roteiro de visitas estabelecido neste projeto contempla as edificações tombadas do entorno do centro histórico, situadas ao redor da praça Hercílio Luz, tais como o Museu Histórico, o Teatro Municipal Adolpho Mello, a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja Matriz, a Bica da Carioca, o prédio da Biblioteca Pública e Fundação de Cultura, bem como os monumentos da praça Hercílio Luz.

No roteiro estabelecido, a presença africana ou afro-brasileira é mencionada apenas na relação desses *sujeitos* com a condição de escravizados, em especial na sua vinculação com a Bica da Carioca, local tombado, construído em 1840 para abastecimento de água e lavação de roupas, serviço que era executado por mulheres escravizadas ou empobrecidas.

Mesmo que o período de construção da Bica da Carioca coincida com o período em que a escravidão ainda era a forma de trabalho predominante no Brasil, os relatos e registros apontam que esse espaço de trabalho foi ocupado por mulheres das mais diferentes origens étnicas, principalmente após a abolição.

Mesmo assim, a referida construção permanece sendo identificada como um patrimônio símbolo da presença afro-brasileira, situada num bairro que concentra grande parte dos bens patrimonializados do município, entre eles residências pertencentes a famílias de origem europeia. Além dos prédios públicos, cada um desses bens representa uma cultura e simboliza, a seu modo, o poder que exerceram em determinada época.

Este conjunto arquitetônico tombado demonstra em sua seleção a intenção do poder público municipal em reforçar a influência cultural portuguesa na região, dita açoriana, em detrimento das demais, assim como de reforçar uma visão tipicamente da colonialidade<sup>6</sup> de hierarquizar os *sujeitos*, mantendo a vinculação da população afro-brasileira ao mundo do trabalho braçal, insiste na manutenção subalterna dos *sujeitos* de origem afro-brasileira, não reconhecendo sua legítima participação na História do município, para além da condição de pessoas escravizadas acaba por não colaborar com a mudança de paradigma, tão necessária para o enfrentamento do racismo e efetiva implementação da lei 10.639/03.

A colonialidade, no âmbito do ser e do saber, é produto de um longo processo de colonização, que continua reproduzindo as lógicas políticas, econômicas, sociais e de existência, impedindo a valorização e reconhecimento dos *sujeitos* colonizados, devido à escravização e ao racismo, fatores de suma importância para a compreensão e manutenção dessa lógica.

A relação entre patrimônio arquitetônico e identidade é construída e estudada há muito tempo na história e nos entremeios desta relação fictícia vão sendo concretizados os discursos de construção das identidades. Segundo Biase (2001, p. 179):

Seguidamente, na história, o urbanismo e a arquitetura foram utilizados para traduzir no espaço algumas ideologias políticas, religiosas e raciais. Toda a construção da identidade, seja ela nacional, religiosa, cultural ou étnica, necessita reencontrar pontos de referência espaciais, sejam eles de cidades míticas, de estilos arquitetônicos particulares ou de técnicas construtivas.

Na construção da identidade luso-açoriana do município de São José, as influências alemã, italiana, africana, árabe e indígena, entre outras, ficaram silenciadas, assim como alguns aspectos da própria cultura portuguesa. A inclusão da Bica da Carioca na seleção dos bens tombados no município nos leva a várias possibilidades de reflexão. Diferente da Bica da

<sup>6</sup> A colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais; lógica que tem o racismo como princípio organizador de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade (GROSFOGUEL, 2019, p. 59).

Carioca, as demais construções municipais tombadas em 2005 constituem um conjunto de bens acessíveis e transitados apenas por uma pequena representatividade de moradores de São José, um conjunto arquitetônico de certa forma elitizado. Se a Bica da Carioca não foi um espaço elitizado nem ocupado por descendentes europeus, e mesmo assim conseguiu ser tombada, podemos pensar que, enfim, a escolha dos bens a serem patrimonializados está sendo mais democrática e popular, contemplando a diversidade cultural da região. Por outro lado, é prudente refletir que a Bica da Carioca foi um ambiente laboral de pessoas afro-brasileiras escravizadas, ou seja, através dele não é possível vislumbrar afrodescendentes por seus conhecimentos, sua religião, arte ou demais aspectos culturais e subjetivos, mas estritamente sob o aspecto cotidiano do trabalho escravo braçal, contribuindo para reforçar uma visão que expressa a colonialidade, de modo reducionista, preconceituoso, colocado pela branquitude em nossa sociedade, que desconsidera séculos de história de um povo que marcou expressivamente sua existência no município. Assim, como em todo o continente, onde há um predomínio numérico de edifícios militares e igrejas e uma tendência à extinção da arquitetura popular (CANCLINI, 1998, p. 194).

Os grupos sociais estabeleceram no bairro e no município uma rede de sociabilidades e poder entre os moradores, expressa de modo desigual nos espaços onde habitam, trabalham,oram. O trânsito dos habitantes pelos lugares que compõem a cidade ou o bairro dependerá principalmente da classe social, etnia, religião e sexo de cada morador ou moradora. A cada um desses lugares será atribuído um valor, engrandecendo-o ou menosprezando-o, conforme a concepção de cultura adotada e os pertencimentos dos *sujeitos*. Consagram-se como superiores certos bairros, objetos e saberes porque foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque eles contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los. Conforme, novamente Canclini (1998), os setores dominantes não apenas definem quais bens são superiores e merecem ser preservados, como também dispõem dos meios econômicos e intelectuais para fazê-lo.

## Contextualizando uma experiência pedagógica decolonial<sup>7</sup>

Diante do desafio de tornar as aulas de história interessantes para adolescentes do século XXI, que tendem a desqualificar suas relações com o passado e a memória, mostrando-se muito mais interessados e conectados com a brevidade e a velocidade de informações disponíveis na internet, que favorecem a conformação de sociabilidades e sensibilidades muito mais virtuais, transitórias, de curta duração; optamos por adotar uma dinâmica metodológica na qual o estudante pudesse assumir um papel ativo de pesquisador, para explorar e problematizar a história local.

A partir do contato com os estudantes, percebemos que suas experiências urbanas eram muito restritas, limitadas muitas vezes ao trajeto da casa para a escola, complementada quando muito com o deslocamento para algum espaço próximo da residência para a realização de alguma atividade extracurricular ou visita a casas próximas. A própria formação geográfica da cidade e a logística disponível do transporte coletivo dificultam a mobilidade de seus moradores entre as suas diferentes regiões, por não proporcionar a interligação interna entre os bairros que compõem a cidade de São José.

Um dos desafios pedagógicos era conseguir extrapolar os limites físicos da escola, depois do processo de pesquisa histórica. Um convite a observar e explorar a cidade, enxergando os *sujeitos* que nela vivem, buscando memórias dos que já se foram e questionando a intervenção humana ao longo do tempo nas diversas regiões da cidade.

Diante da dificuldade de encontrar fontes históricas bibliográficas capazes de reconhecer a pluralidade dos *sujeitos* presentes na história do município, tornou-se indispensável o uso de diversas linguagens. E também a ampliação dos conceitos de fontes primárias, entre elas a adoção da história oral pela valorização das memórias locais na articulação de contextos históricos e produção de novos conhecimentos históricos.

Na elaboração de estratégias educacionais de enfrentamento ao racismo consideramos importante incluir ações que pudessem promover uma desacomodação crítica e pedagógica da branquitude e do seu lugar de privilégio que necessita ser questionado, além de oportunizar a

---

<sup>7</sup> Pedagogias decoloniais são práticas insurgentes que fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com (WALSH, 2013, p. 19).

visibilização da presença e atuação da população de ascendência afro-brasileira na sociedade, reconhecendo seu protagonismo como *sujeitos*.

Nesta experiência, optou-se por planejar um projeto educacional no qual a História de São José e o Patrimônio Histórico caminhassem juntos, com o objetivo de perceber e sensibilizar-se pela cidade em todas as suas dimensões, especialmente a histórica em sua diversidade cultural. Possibilita-se o respeito ao currículo formal, em sua esfera de autonomia e competência que inclui uma parte diversificada, da qual a cultura local e regional precisa fazer parte, Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 19) e despertar o interesse pela história local.

No planejamento anual da disciplina de História para as turmas de nono ano da escola municipal onde lecionamos, elaboramos um projeto de pesquisa sobre a História de São José com diferentes temáticas, entre elas a compreensão da ocupação humana com suas tensões e disputas de poder, percebendo a cruel colonialidade a que fomos submetidos e suas repercussões em nossas vidas. As atividades foram organizadas, elaboradas e desenvolvidas a partir de quatro eixos. O primeiro é o trabalho com os conhecimentos prévios dos indivíduos, compreendendo, como afirma Ana Maria Monteiro (2003), que as pessoas são *sujeitos* do conhecimento, com autonomia, com bagagem cultural continuamente ampliada e complexificada no decorrer do processo de escolarização, também possuindo experiências próprias de seus ambientes familiares e da cultura juvenil.

Por este motivo, o ponto de partida deve correlacionar culturas distintas, as quais fazem parte do cotidiano de jovens com quem trabalhamos. Jovens com hábitos, interesses, saberes, aproximações afetivas e vivência cultural que impactam no modo como interpretam e constroem seu saber histórico. Articulando esses saberes com o ensino de História, constrói-se o saber escolar, além de exercitar uma pedagogia decolonial, valorizando os *sujeitos* envolvidos no processo de ensino e percebendo a importância da prática educativa como ato político, um lugar para intervir, resistir e se humanizar, como diria Paulo Freire (FREIRE, 1996, p. 112).

No segundo eixo a que nos referimos, o uso de fontes históricas em sala de aula, surge como o eixo que possibilita a produção de novos saberes e interpretações, ao incentivar a leitura e a interpretação de diferentes gêneros textuais, como cópias de jornais antigos, cópias de documentos do século XIX do município, cartas dos viajantes estrangeiros que estiveram no município, entrevistas, trechos de dissertações e fotografias. O estudante acessa os temas da pesquisa por meio de perguntas que, a partir do tempo presente, são elaboradas para a

compreensão do passado como versão histórica. Assim, por meio das diferentes fontes, possibilitou-se relacionar passado e presente, abordando a História da escravidão, a História local e o patrimônio cultural, percebendo que as práticas discursivas no campo da História instituem e objetivam os fatos históricos e imprimem determinada interpretação do passado (DELGADO; SILVA, NETA, 2009).

No terceiro eixo, são trabalhados os textos históricos fundamentais<sup>8</sup> visando ampliar a habilidade da leitura, escrita e interpretação como processos indispensáveis para o ensino e a aprendizagem da História, porque, ao desenvolver discursos sobre as temporalidades, espacialidades, bens culturais, políticas sociais por meio de textos, é estimulada a prática da leitura e escrita a partir de questões próprias do campo da História, para que estudantes apropriem-se e interpretem os processos de historicidade do passado. Além disso, o texto provoca o estudante a construir o saber histórico, questionando e problematizando os discursos e as representações.

Os textos sobre patrimônio cultural, predominantes na proposta desenvolvida, tinham o objetivo de problematizar as questões relativas aos campos do patrimônio e da História, visto que ambos questionam a invisibilidade das pessoas africanas e afro-brasileiras.

Por fim, no quarto eixo trabalhamos a cidade como espaço de educação patrimonial e a História local foi proposta com o objetivo de criar situações que estudantes possam olhar, tocar e se sentir provocados a pesquisar para, assim, fortalecer o ensino de História por intermédio de sensibilização e experiências com o meio, com a memória e com a cultura individual e coletiva, a partir da ligação do contexto particular e local com o geral. Dessa forma, utilizando-se dos conhecimentos adquiridos a partir das diferentes fontes históricas, podem-se identificar espaços de sociabilidade e produção cultural que são reconhecidos como patrimônios na memória da população afro-brasileira de São José, buscando valorizar, dessa forma, os bens culturais ainda não consagrados ou mesmo invisibilizados.

Após a realização de todas as etapas de estudo e pesquisa, organizamos as turmas em pequenos grupos, elaboramos com os estudantes um roteiro histórico, valorizando as histórias de pessoas, que se tornaram conhecidas a partir do nosso projeto de pesquisa; histórias que se

---

<sup>8</sup> Trabalhamos textos do Instituto Brasileiro Histórico e Artístico (Iphan) sobre Patrimônios Materiais e, principalmente, imateriais, que consideramos bens culturais da população afro-brasileira, como a capoeira e a pesquisa sobre patrimônio cultural afro-brasileiro de Alessandra Rodrigues Lima, 2012.

entrelaçam na memória coletiva da comunidade e nas experiências vividas no Centro Histórico do Município. Era chegada a hora de realizar a saída de campo.

## Roteiro histórico como estratégia de ensino

A partir de reflexões sobre os patrimônios culturais consagrados do município de São José, percebemos a necessidade de problematizar a produção do passado e os processos de valorização e desvalorização da cultura e dos *sujeitos*, por conseguinte historicizar e desnaturalizar o patrimônio cultural da cidade, como afirma a historiadora Janice Gonçalves (2014, p. 90-93), é preciso compreender a estrutura, os agentes e as ações que os estabeleceram como patrimônio cultural e o que é considerado memória a ser salvaguardada. Portanto, é fundamental que a Educação Patrimonial se concretize pela capacidade de estimular múltiplas reflexões sobre a construção da memória histórica e a percepção de que são frutos também de parcialidades e interesses.

Apesar de a Fundação Municipal de Cultura apresentar um roteiro de visita já estabelecido, como descrito, estabelecemos um percurso de visita pela cidade pensado como estratégia de ensino de história, trabalhando as invisibilidades e a presença dos povos de origem africana no município, a partir do reconhecimento das diversas formas de vivência e convivência desses povos nos espaços públicos da cidade.

Na elaboração da proposta do percurso, um dos objetivos era refletir sobre o Patrimônio Cultural de São José, abordando também questões relativas ao cotidiano e à História da escravidão na localidade, no período do século XIX, estudando os silenciamentos produzidos pela memória local acerca da presença das pessoas que foram escravizadas e libertas como *sujeitos* da história, para além de sua condição social e não somente como coadjuvantes. Dessa forma, propomos desmistificar os estereótipos que permeiam os escravizados, os libertos e afro-brasileiros livres que atuavam entre a negociação e o conflito, no contexto da sociedade escravista brasileira e no pós-abolição.

Mais do que narrativas, o Roteiro Histórico para as relações étnico-raciais da educação traz problematizações sobre a visibilidade das pessoas afro-brasileiras na sociedade josefense. Sem esperar respostas prontas, estabelecemos um percurso pela história da cidade de São José,

que mobiliza para a valorização dos bens culturais e a memória dos povos africanos e afro-brasileiros no município. A partir das reflexões fomentadas pelo trabalho com estudantes, destacaram-se lugares, pessoas e manifestações que compunham o cotidiano da cidade no final do século XIX e início do século XX, e perpassam o patrimônio atual, seja ele tombado, registrado, vivo, apagado ou invisibilizado.

No entanto, os locais selecionados interligam-se pelos silenciamentos, sons, cantos e música e sua relação com a história, a cultura e o patrimônio relacionado à população negra em São José. Dar visibilidade a determinadas construções e biografias foi um processo difícil de escolha e aquisição de informações suficientes. Neste percurso, foram escolhidos lugares nos quais as pequenas biografias<sup>9</sup> como as de Thomazia, Pedro Leite e de Alcina articulam-se e complementam-se na narrativa do trajeto pelo Centro Histórico e Bairro Praia Comprida.

Em 16 de outubro de 1868, Thomazia é registrada na coletoria do Município de São José, junto com ela mais dezessete pessoas, com idades entre dois meses e 65 anos, pessoas africanas e brasileiras, com variados ofícios. Thomazia, com idade por volta de 30 anos, trabalhava na cozinha da casa onde, atualmente, está localizado o Museu Histórico do Municipal de São José.

Essa mulher, escravizada, permaneceu em São José, no Largo da Praça, e, no dia 10 de junho de 1876, deu à luz Margarida. Em 30 de agosto de 1876, Luiz Ferreira do Nascimento Mello vai à coletoria do município declarar:

[...] no dia 10 de junho do corrente anno nasceu de Ventre Livre huã criança de côr parda, que será baptizada como nome de Margarida, filha da crioula Thomazia (e de pay incógnito), escrava do declarante, são padrinhos Domingos André do Nascimento Ramos e a crioula Maria José, escrava do mmo (ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, 1876).

Na declaração de matrícula, pai desconhecido. Embora pudéssemos inferir que esta mulher escravizada conhecia o pai de Margarida. Não era incomum que as crianças fossem registradas dessa forma. Uma criança que tivesse nascido depois da lei 2.040 de 1871, conhecida como a Lei do Ventre Livre, deveria ficar aos cuidados do senhor até os oito anos completos. Nesta idade, o senhor teria a opção de entregar aos cuidados do Estado ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.

---

<sup>9</sup> Tivemos acesso a estas biografias por meio de diferentes fontes, como a pesquisa no Arquivo Municipal de São José, entrevistas e livros de memorialistas como Gerlach; Machado (2017).

É a repetição da história de muitas mulheres e crianças do século XIX, mas a pesquisa dos documentos fez com que pudéssemos individualizar esta narrativa, tornando os(as) alunas mais próximas dos antepassados. Thomazia era uma das mulheres escravizadas pela prestigiada família Ferreira Mello. Cozinheira, residia, assim como a madrinha de sua filha, Maria José, onde hoje está localizado o museu. Dentre os vários afazeres de cozinha, a fonte de água potável, onde hoje está a Bica da Carioca, provavelmente fazia parte de seu cotidiano.

Não sabemos o que aconteceu com Margarida, se chegou a frequentar o Teatro de São José, se lavou roupas na Bica da Carioca, se ouviu a Sociedade Musical União Josefense, se a fim de indenização foi separada de sua mãe aos oito anos ou se morreu na infância. Mas sabemos que os *sujeitos* da escravidão têm nome e histórias de vida diversas que se caracterizam pelas várias formas de trabalho escravo e pela mudança política, social e cultural ao longo dos anos.

A violência da colonização e colonialidade é muito mais intensa sobre o corpo feminino negro, que inaugurou a mestiçagem. A sofisticação do racismo, aliada dos interesses capitalistas patriarcais, manteve a população negra na condição de segmentos subordinados, transformando diferenças em desigualdades. Na velhice, as mulheres brancas que possuem maiores oportunidades de trabalhos formais têm mais chance de uma boa aposentadoria, para a mulher negra, como bem pontua Akotirene, inexistiu o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades expropriadas, diferentes das patroas brancas (AKOTIRENE, 2018, p. 22).

A história de vida de outra mulher negra, ainda viva, a lavadeira aposentada Alcina Júlia da Conceição, nascida em 28 de fevereiro de 1918, neta de avó escravizada, natural de São José, pode se tornar uma fonte de aprendizado, de quem viveu e vive o patrimônio e sentiu na pele a demarcação dos espaços dentro da cidade. Suas memórias do tempo de infância levam à sua vó e à Bica da Carioca, onde passou a maior parte de sua vida lavando roupa. “Minha avó”, diz Alcina, “era uma negrinha baixinha, cabelinho bem ruim. Trabalhava muito, carregava água da Bica da Carioca, de carrinho-de-mão pra casa dos outros”. Assim como sua avó, trabalhou desde criança ajudando a mãe, cozinhando, lavando roupa e trabalhando em casa de particulares. Diz-nos Alcina: “Minha infância não foi nada minha. Fui filha de família pobre”.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Trecho da entrevista publicada na revista “Memórias da Terra Firme”, São José, SC, março de 2010, p. 14.

Apesar de considerar a cidade de São José, especialmente o Centro Histórico, um local pouco habitado por descendentes de africanos, Alcina recorda-se que até o momento em que a Bica da Carioca foi utilizada como espaço para lavar roupas, das quatorze lavadeiras dez eram negras.

Além da Bica da Carioca, Alcina teceu comentários sobre outro espaço também localizado nas proximidades do Centro Histórico, um território onde pessoas negras não eram bem-vindas. Dizia ela: “No Clube 1º de Junho, não podia entrar negro de jeito nenhum, mesmo que fosse mais clarinho. Só depois, bem mais tarde, que começaram a ir. Se eu fosse nova eu não ia, não ia mesmo, quer dizer, antes o negro não servia pra eles (...)”.

As memórias subterrâneas, como diria Pollak (1989), trazem à tona a angústia dos excluídos diante da opressão que muitas vezes espaços reconhecidos como patrimônios culturais podem provocar. A exclusão ocorre porque o patrimônio cultural não é pensado para contemplar a todos. O patrimônio cultural acaba funcionando como recurso para reproduzir as diferenças, quando a nacionalidade, ao se constituir enquanto projeto, elege os grupos sociais e as expressões culturais que vão representar a nação. Neste processo, exclui os demais grupos bem como seus lugares, que extrapolam a ideia de nação desejada.

Ainda que o patrimônio possa servir para unificar nações, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos. Diante da sociedade em que vivemos, torna-se inviável tentar conceber uma cidade, estado ou nação que pretenda ter uma única e fixa identidade cultural, assim como é pouco viável pensarmos os *sujeitos* com identidades fixas.

Nesta interpenetração das culturas, são constituídos *sujeitos culturais híbridos*, um tipo de identidade fluida e transitória, característica de uma época marcada pela mobilidade das populações (BHABHA, 2005). Por isso mesmo o mais apropriado seria falarmos em identificações, nas quais as pessoas exercem muitos papéis. A cultura, nesse caso, pode ser pensada como um espaço de sobrevivência e resistência de grupos sociais, podendo ser considerado cultura tudo aquilo que tem significado para o grupo, o que gera sentido ao colaborar para situar as pessoas no mundo.

Um exercício importante seria evitar olhar o outro como “outro” e racionalizar menos. Ver os outros pelos seus próprios termos, cujo desafio é traduzir para aproximar as culturas.

Tentar olhar o significado das ações dos outros por si mesmos é o que nos aconselha o antropólogo Clifford Geertz (1989).

O terceiro e último sujeito afro-brasileiro nascido em São José de que trataremos, por ser uma história possível de vincular com o patrimônio histórico deste município, além de uma biografia muito interessante, é Pedro Leite. A única imagem de Pedro Leite da qual temos conhecimento é uma foto tirada na praça Hercílio Luz, no Centro Histórico de São José. Bem trajado, bengala numa das mãos e na outra um cigarro, postura confiante e olhar cansado revelam o lado formal deste homem, fruto de um contexto histórico assumido ao longo de sua vida, com múltiplas identificações.

A partir da memória coletiva dos moradores da cidade, podemos imaginar Pedro Leite caminhando provavelmente por entre os casarios do Centro de São José, com um andar firme, confiante, carregando sempre consigo a cartola, a bengala e a lata com os mandatos a serem entregues embaixo do braço, nas primeiras décadas do século XX. Olhares atentos o perseguiram, na certa com receio de merecer a visita do oficial de Justiça. Mas esta seria apenas uma das faces interessantes da vida do inesquecível Capitão Pedro Leite, que ainda está muito presente nas memórias dos idosos da região.

Dizem que Pedro Leite foi um homem muito inteligente e bem relacionado. Pessoa querida pelos populares e pela elite, era considerado um “Negro da Avenida<sup>11</sup>”, por transitar entre o morro e a cidade, conseguindo atender aos pedidos dos mais necessitados, articulando-se entre os poderosos da cidade e da capital. Como promovedor de eventos culturais, envolveu-se nas mais diferentes manifestações culturais desenvolvidas na Grande Florianópolis, desde o boi-de-mamão, blocos de carnaval, a dança do Cacumbi, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e a Umbanda.

Nascido no final do século XIX, antes da Abolição, porém já de ventre livre, conviveu no ambiente escravocrata acompanhado de sua mãe. Teve uma vida dura, trabalhou na lavoura e, com o auxílio de políticos, completou o curso complementar. A instrução possibilitou que ele ingressasse na profissão de oficial de Justiça, tendo certo prestígio na cidade de São José.

Na esfera religiosa, Pedro Leite deixou registros de sua participação ativa na Irmandade

---

<sup>11</sup> Expressão usada por Maria Ieda, moradora de São José, para se referir ao papel social assumido por Pedro Leite em entrevista cedida para Janaína Amorim da Silva na dissertação de mestrado “Tramas cotidianas dos afrodescendentes de São José no pós-abolição”, p. 71.

de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, através do livro-caixa da Irmandade do Município, de 1915 a 1931. A referida Irmandade, que não possuiu igreja própria na cidade, tinha apenas um altar na Matriz. Organizava pelo menos duas vezes por ano grandes festas em homenagem aos santos protetores, que eram animadas pela Banda União Josefense e pelo Cacumbi, dança de origem africana que tinha na liderança do grupo um capitão que determinava a coreografia e os cantos. Era o Capitão Pedro Leite, que dançava ritmado pelo som das espadas, tambores e outros instrumentos, além das cantorias. O Cacumbi era apresentado diversas vezes ao ano, atravessando ruas, ultrapassando distritos, conforme organização da comunidade. Em uma sociedade com práticas culturais de origem europeia, resistia, na contramão, o Cacumbi em São José.

Para além do catolicismo oficial, Pedro Leite manteve o culto aos orixás, no Centro Espírita São Jorge, de Umbanda da Mãe Malvina, localizado no Estreito, então pertencente a São José. Este centro foi um dos mais antigos da Grande Florianópolis e Pedro Leite, um dos primeiros adeptos, chegou a se tornar “pai pequeno<sup>12</sup>”. O Centro foi um espaço de socialização importante para a comunidade afro-brasileira, passando a ser respeitado e frequentado por pessoas influentes de todas as etnias, a exemplo dos políticos tradicionais que depositavam sua fé na umbanda.

A complexa rede de sociabilidades estabelecida por Pedro Leite e sua ligação com o Cacumbi, a Irmandade e a Umbanda, demonstram que ele foi uma peça chave na resistência e no patrimônio cultural de origem africana em São José.

Com estes pequenos fragmentos da história de histórias de vida, procuramos vincular história e patrimônio, permitindo que homens e mulheres retornem à história como sujeitos. Desta forma, tornaremos a história e o patrimônio mais significativos aos (às) estudantes adolescentes, para que conheçam a história da cidade em que vivem.

Pensar a História contemporânea exige pensar na inserção da pluralidade dos *sujeitos* históricos e das relações no conjunto interseccional raça/gênero (CRENSHAW, 2002) das relações de poder, trabalhando com a possibilidade de novos modos de ser. Nesta perspectiva, fica o grande desafio de tentar superar o olhar classificatório em termos raciais para as experiências humanas, reconhecendo a participação e a influência da população afro-brasileira

---

<sup>12</sup> É a segunda voz dentro do terreiro, substituto do chefe.

nos espaços patrimonializados da cidade de São José, levando em conta o caráter processual e polissêmico do patrimônio e sua transformação nas sociedades, com todos os seus conflitos e disputas de poder.

As três histórias de vida de Thomazia, Alcina e Pedro Leite, assim como muitas outras que aguardam ser reveladas e ouvidas, exemplificam possibilidades de contemplar na educação básica a Educação das Relações Étnico-raciais, tecendo:

entrecruzamentos das histórias, memórias, patrimônios e identidades, que certamente, contribuirão para a compreensão do “eu”, a afirmação da personalidade, situando o indivíduo no espaço, no tempo, na sociedade em que vive como um sujeito ativo, capaz de compreender, construir e transformar essa sociedade, o espaço, o conhecimento e a história (FONSECA, 2003, p. 250).

O exercício de imaginação histórica faz-se necessário neste contexto de roteiro que desenvolvemos nos pequenos vestígios, nas entrelinhas, nos fragmentos de memória. Um exercício não apenas dos estudantes, mas de todos nós que imaginamos as lavadeiras cantando, os membros da irmandade dançando, os músicos tocando e o samba rolando. Esta experiência criou condições para caminhar por ruas não habituais, observar e sentir os detalhes dos ambientes estudados em sala, procurando ler as marcas de outras temporalidades que permaneciam no presente, percebendo a cidade em suas múltiplas histórias, reconhecendo as diversas marcas de memórias e patrimônios não apenas nos lugares, mas nos fazeres e nas pessoas. Neste processo de desvelar o passado e suas memórias, ficaram expostas as injustiças, as desigualdades, as disputas de poder e a exploração do ser humano. Ao vivenciar e problematizar a história, temos a oportunidade de nos comprometer com o direito e o dever de memória das populações negras e de questionar o presente que convive com o passado, pensando possibilidades outras para o futuro.

## Referências

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BHABHA, Hommi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BIASE, Alessia de. **Ficções arquitetônicas para a construção da identidade**. Horizontes antropológicos, dez. 2001, v.7, n. 16.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 28 maio 2021.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002. Disponível em [www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt](http://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt). Acesso em 28 de maio de 2021.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. 2002. Disponível em: <https://nsp.unb.br/popnegra/images/library/Kimberle-Crenshaw-Interseccionalidadenadiscriminaoderaaegenero.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2021.
- DELGADO, Andréa Ferreira; SILVA, Mônica Martins da; NETA, Segismunda Sampaio da Silva. Projeto de ensino de História do CEPAE: itinerários para a prática pedagógica. **Revista Solta a Voz**, v. 20, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: [www.revistas.ufg.br/index.php/sv/article/view/9867/6743](http://www.revistas.ufg.br/index.php/sv/article/view/9867/6743). Acesso em: 3 maio 2017.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papyrus, 2003.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do boi: palavras, sentidos, ficções**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. 255p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GERLACH, Gilberto Schmidt; MACHADO, Osni (Org.). **São José da terra firme**. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2007. 332 p.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.**

**Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: [www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf). Acesso em: set. 2018.

GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: Sobre ações educativas e patrimônio cultural. **Mouseion**, 2014 Disponível em:

<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1860>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEAL, João. **Cultura e Identidade Açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. 284 p.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. Dissertação (mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**, Londrina, v. 9, p. 9-35, out. 2003. Disponível em: [www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12075/10607](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12075/10607). Acesso em: 6 abr. 2017.

PASSOS, Joana Célia dos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do; NOGUEIRA, João Carlos. **O patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 195-214, jan./abr. 2016. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0195.pdf](http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0195.pdf). Acesso em: 19 jun. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **IPHAN**, Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade: Ministério do Turismo, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/71>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PONTES, Mylene Silva de. **Construindo Visibilidades na Cidade de São José/SC: uma proposta de ensino de história e patrimônio cultural dos povos africanos e afrodescendentes** / Dissertação (mestrado profissional) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Portugal: Coimbra - Almedina, 2009, p. 74-117.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Portugal: Almedina, 2009.

SÃO JOSÉ (Município). **Cartilha do Patrimônio Histórico de São José: normas e diretrizes**. São José, SERPPAC, 2013.

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis, 2019. Disponível em <http://uaw.com.br/pagflip/pdf.php?pag=portifolio&cod=35>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

SILVA, Janaina Amorim. **Tramas cotidianas dos afrodescendentes de São José no pós-abolição**. 2011. 97 p. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine. (Ed.). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

#### Fontes:

SÃO JOSÉ, Arquivo Municipal, documentos de coletoria, pasta: escravidão, 1868.

SÃO JOSÉ, Arquivo Municipal, documentos de coletoria, pasta: escravidão, 1876.

Recebido em 14 de fevereiro de 2021 | Aceito em 24 de maio de 2021



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional